

GUTMAN, Cátia Regina. *Um breve retrato da resistência de crianças africanas escravizadas nos oitocentos (1839-1849)*. RESC Revista de Estudos SocioCulturais, v2., n.3, março/junho de 2022, p. 123-150, ISSN 2764-4405.

UM BREVE RETRATO DA RESISTÊNCIA DE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS NOS OITOCENTOS (1839-1849)

A brief Portrait of the resistance of enslaved african children in the 1800s (1839-1849)

Cátia Regina Gutman¹

RESUMO: Partimos da premissa de que as crianças africanas escravizadas foram traficadas da África para o Rio de Janeiro nos navios negreiros, no século XIX. Este artigo é um recorte de uma tese de doutorado em andamento e tem como objetivo propor questões e reflexões sobre as crianças africanas escravizadas, nos oitocentos, bem como localizá-las a partir do paradigma da Afrocentricidade no centro da ação de fuga e no tempo histórico de escravização destas no centro urbano. Por meio da análise de 420 anúncios de fugas de crianças africanas escravizadas publicados entre os anos de 1839 a 1849 no jornal O Diário do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Criança Africana Escravizada. Afrocentricidade. Anúncios de Fugidos. Escravidão. Século XIX.

ABSTRACT: We start from the premise that enslaved African children were trafficked from Africa to Rio de Janeiro in slave ships in the 19th century. This article is an excerpt from an ongoing doctoral thesis and aims to propose questions and reflections on enslaved African children in the nineteenth century, as well as locating them from the paradigm of Afrocentricity at the center of the action of escape and in the historical time of enslavement of these in the urban center. Through the analysis of 420 advertisements of the escapes of enslaved African children published between the years 1839 and 1849 in the newspaper O Diário do Rio de Janeiro.

KEYWORDS: African Child Enslaved. Afrocentricity. Runaway Advertisements. Slavery. 19th Century.

¹ Doutoranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares PPGEDUC.

INTRODUÇÃO

Em 1840, no Jornal O Diário do Rio de Janeiro², nas páginas de anúncios de escravizados fugidos, localizo um, sobre uma menina africana escravizada³ de 13 a 14 anos, da nação Cabinda, seu nome não aparece nesse anúncio, apenas a designação de negrinha:

FUGIO, ou foi desencaminhada, no dia 22 do corrente, das 6 para as 7 horas da tarde, uma negrinha de idade 13 a 14 annos, nação Cabinda, com um signal no braço direito do feitio de uma ferradura, baixa, retinta, e seio pequeno; levou vestido de riscado de chadrez azul e branco, e lenço no pescoço amarello, já uzado; quem a levar ou d'ella der noticias na rua do Rozario n. 51, será bem gratificado.

Machado de Assis (1996)⁴, no seu conto “Pai Contra Mãe”, retrata os escravizados nos anúncios de jornais e afirma que, “Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos e nem todos gostavam da escravidão”. Como no anúncio acima, ela poderia ter fugido ou foi desencaminhada, outro termo usado era seduzido como podemos ver no outro anúncio sobre a mesma menina africana escravizada⁵, que trazia mais informações sobre ela:

²http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=escravos%20fugidos&pagfis=22534.

³ Munanga (1999), utiliza no livro, Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra, o termo escravizado, que reflete a verdadeira condição dos africanos, que foram traficados nos navios negreiros, para o Brasil.

⁴ Para uma análise histórica deste conto ver GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista” IN: Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 1996.

⁵http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=escravos%20fugidos&pagfis=22534.

100⁰⁰ RS. DE GRATIFICAÇÃO.
FUGIO ou foi seduzida da rua das Violas n. 105, no dia 22 de janeiro p. p., das 6 para ás 7 horas da noite, uma negrinha de nome Roza, nação Cabinda, com os signaes seguintes: idade 13 para 14 annos, levou vestido de riscadinho de chadrez azul; lenço no pescoço, amarello, já uzado, bichas de oiro com corações azues; tem um signal no braço direito que parece ser de uma ferradura; testa e barriga alta, que parece andar pejada de 2 mezes, côr retinta, e bonita figura: quem d'ella der noticia, ou a apprehender receberá a gratificação acima, na rua do Rosario n. 51, ou n. no acima. Declara-se que não só se dá 100⁰⁰ rs. a quem a prender, como igual quantia a quem a descobrir, (esta declaração

A gratificação agora aparece logo no começo e em letras grandes, demonstrando a urgência do senhor em encontrá-la e Machado de Assis (1906), escreve que, “Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lhe levasse”, aumentando a gratificação e a descrição nos anúncios, para assim como Cândido Neves, principal personagem do conto de Machado de Assis e outros que trabalhavam no ofício de captura dos fugitivos pela cidade pudessem ler:

(...) os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também. Mais de uma vez, a uma esquina, conversando de cousas remotas, via passar um escravo como os outros, e descobria logo que ia fugido, quem era, o nome, o dono, a casa deste e a gratificação; interrompia a conversa e ia atrás do vicioso. Não o apanhava logo, espreitava lugar azado, e de um salto tinha a gratificação nas mãos. Nem sempre saía sem sangue, as unhas e os dentes do outro trabalhavam, mas geralmente ele os vencia sem o menor arranhão.

Essas informações preciosas, de acordo com Machado de Assis (ibid.) serviam para agilizar essa captura como: “sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por andava e a quantia da gratificação”. Se fossemos Cândido Neves, leríamos o segundo anúncio percebendo que o nome da menina africana escravizada era Rosa e trazia vários sinais como altura, a barriga alta, cor, o sinal de uma ferradura no braço direito, usava brincos de ouro no formato de corações azuis e o principal, ela estava

“pejada⁶”, de dois meses. No terceiro anúncio⁷ a gratificação havia dobrado de valor e as informações seguiam:

200\$000 réis de gratificação.
Fugio, ou foi seduzida da rua das Violas n. 105, em 22 de janeiro proximo passado, uma negrinha de nome Rosa, nação Cabinda, idade 13 a 14 annos, altura regular, cheia do corpo, barriga alta, côr retinta, tem um signal no braço direito que parece de uma ferradura, e principio de peitos; quem a prender ou descobrir, receberá a gratificação acima mencionada na rua do Rosario n. 51, ou no numero acima.

Esse foi o último anúncio publicado sobre a Rosa, a menina escravizada africana que talvez tenha sido capturada e levada para a Rua das Violas, assim como no conto de Machado de Assis, em que a captura de uma escravizada é narrada:

Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

-Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço! - Siga! Repetiu Cândido Neves. -Me solte! -Não quero demoras; siga!

O destino de Rosa, menina africana escravizada, não aparece nos anúncios, mas anuncia um caminho de pesquisa a percorrer. Mais do que oferecer qualquer tipo de resposta, o presente texto pretende colocar algumas questões que têm aparecido ao longo da minha tese de doutorado e aqui trago algumas conclusões e reflexões sobre o tema das crianças africanas escravizadas nos anúncios de fugidos do Jornal O Diário do Rio de Janeiro, de 1839 a 1849. A proposta inicial deste artigo é o de percorrer alguns caminhos da pesquisa e expor os dados até aqui coletados e catalogados, sob o paradigma da Afrocentricidade, localizando as crianças africanas escravizadas, no centro da ação de fuga e no tempo histórico de escravização destas no centro urbano. Seguindo parâmetros de crianças e infâncias como indivíduos africanos, que foram escravizados e traficados

⁶ <http://www.medieval.rb.gov.br/#> A.G. Cunha no Índice do Vocabulário do Português Medieval, em 1986. Significado; prenhe, grávida.

⁷ http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=escravos%20fugidos&pagfis=22534.

para as Américas, fazemos um exercício de volta ao passado, numa infância africana construída anteriormente à sua compra e escravização, ligado à sua ancestralidade, um caminhante percorrendo a busca pela sua autonomia e liberdade.

Os elementos fundamentais da escravidão, que Mbembe (2001) descreve, são os fatores que servem para unificar o desejo do africano de conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino, tornando-se soberano e de pertencimento no mundo, construindo sua autonomia. Se antes essa autonomia era mais facilmente alcançada pelas crianças africanas, nas suas famílias, quando são despojadas dos seus, elas tiveram que ressignificar e reconstruir laços com os seus pares na escravidão. Antes de pesquisar a passagem do meio e a escravização dos africanos, Asante (2003, p.43) afirma que é necessário observar os seus fatos e sofrimentos, mas é importante ver também as pequenas vitórias pessoais, como quando uma mãe sorri para seu filho ou cônjuge, que não são vitórias físicas, mas uma forma de assalto do dogma de dominação e conclui que, a “Afrocentricidade é um modo de pensamento e ação em que predomina a centralidade dos interesses valores e perspectivas africanos”.

A perspectiva da criança africana escravizada só pode ser analisada a partir do vivido anteriormente à sua escravização, conhecer não o todo, mas como a sua infância era vivenciada com os seus. E assim compreender como elas ressignificaram os elos culturais e compartilharam com seus pares a África redescoberta no Brasil (SLENES, 1992).

CAMINHOS DA ANCESTRALIDADE, NA INFÂNCIA AFRICANA

A infância africana é construída anteriormente à escravidão, ela é ancestral e constituinte do sujeito: criança. Para os Dagara, de acordo com Somé (1999, p. 40), a vida não é concebida no nascimento e nem termina após a morte. O nascimento de uma criança é visto como um contrato entre este mundo e o mundo dos antepassados, onde todos estão de acordo com esse nascimento e festejam a sua chegada. Para a autora, a aldeia apoia e honra o espírito na criança, para tornar-se mestre naquilo que ama, para assim oferecer um grande presente ao seu povo, seguindo o destino que escolheu antes de nascer.

Na comunidade Dagara existe uma relação sólida entre as gerações e as crianças transitam pela aldeia livremente e são cuidadas por todos, sempre há alguém para ouvir e testemunhar suas experiências. As crianças Dagara identificam-se com todos da aldeia e não apenas com os pais e podem ter muitos pais e mães que lhe auxiliam e cuidam delas. Não há comunidade sem filhos e não se pode ter filhos sem comunidade e não existiriam sem o espírito. Há um círculo completo, onde cada elemento completa o todo, ao

acolher as crianças, acolhemos o espírito. Na aldeia Dagara, como todos são pais e mães, as crianças sentem que podem contar com todo mundo e podem confiar em todos, por isso não há segredos na vida delas, ela é encorajada a falar a sua verdade e todos a escutam. Outro caminho da ancestralidade infantil africana é encontrado nas tribos Beng, da África Ocidental, onde Gottlieb (2004) aponta que há a mesma relação sólida entre as gerações e as crianças, elas têm liberdade de interagir com todos e serão cuidadas por todos. Assim como os Dagara, as crianças sabem que tem toda a aldeia para ouvi-las e testemunhar suas experiências e elas se sentem parte da comunidade e são valorizados por todos. Para os Beng, de acordo com Gottlieb (2004), suas crianças, mesmo as pequenas de um ou dois anos, são caminhantes competentes e podem vagar pela aldeia, pois haverá sempre um compromisso de cuidado com elas. Uns cuidam dos outros, não importa se é filho, primo, irmão, são todos parte de uma comunidade, de cuidado e troca.

Para os Beng, as crianças são reencarnações de antepassados, por isso, nos primeiros anos de vida, os bebês lembram com saudade de sua existência anterior, na vida após a morte. Os pais Beng, utilizam adivinhos para entender os desejos de seus filhos da sua encarnação anterior e satisfazê-las, tratando-as como agentes da sua vida, com opiniões e impacto na aldeia. Os adivinhos se comunicam com os bebês por intermédio dos espíritos que vivem após a morte, de onde os bebês acabaram de nascer e assim comunicam aos pais seus desejos e eles são obrigados a cumprir, como, por exemplo, adornando seu corpinho com joias e pinturas. Não obstante, conclui Gottlieb (2004), devemos aos nossos informantes infantis seguir onde quer que suas tentativas de comunicação mediadas culturalmente nos levem, seja para o mundo espiritual ou para algum outro espaço inesperado, mas culturalmente significativo.

E apesar do paradigma eurocêntrico de diversos etnógrafos que documentaram as vidas das tribos, na África, não podemos jogar fora suas obras e não aproveitar nada, devemos ler nas entrelinhas, como no estudo de Junod (2009), etnógrafo suíço, missionário protestante, que viveu ao sul de Moçambique em 1889, escreveu a monografia sobre os Tsongas, com uma linha evolucionista, usa expressões como selvagem, raça superior e inferior no seu texto, mas nosso intuito de trazer essa obra foi de verificar uma importante observação sobre os rituais, as fotos, os contos, os cantares e a língua dessas crianças africanas. De acordo com Junod (2009, p. 51), os Tsongas compõem-se de um grupo de populações Bantu estabelecidas na costa oriental da África do Sul, suas terras confrontam-se ao sul com os Zulus e os Swasi, a oeste com os Mabi, ao norte com os Venda e a leste com os Tonga, perto de Inhambane. As crianças Tsongas, quando bebê, são chamadas de xin'wanani e quando recebem um nome é n`wana, criança.

Essa criança, xin'wanani, nasce em volta de diversos tabus, que servem para proteger. A mãe, na hora do parto, não deve ingerir comida e nem beber água, pois se transgredir pode matar o bebê. Quando a criança nasce, um dos rituais é matar uma ave, galinha se é menina e galo se for menino; faz-se um caldo e coloca-se um pó medicinal, a mãe come uma parte da carne e o pai come o resto e serve para que ela se recupere do parto.

A criança Tsongas é recebida com muita alegria por toda a família. Ela é comparada a uma panela de barro, que foi cozida no forno. Depois de experimentar se ela é forte, jogam no chão e a panela não se quebra, ficando intacta, assim como a criança, foi gestada na barriga da mãe e nascendo viva. Sendo um primogênito, há um ritual, onde dançam Kukhana e cantam: “Eu celebro a minha panela que fez ngelevendre...”. Depois da dança, pintam a criança, a mãe, o pai e todos os habitantes da aldeia, mata-se uma cabra, e fazem uma festa, pois para eles os pais conquistaram uma aldeia através da criança, deitaram raízes. As crianças africanas são recebidas e vivenciam os rituais já desde o útero da mãe.

Ao pesquisar sobre as crianças africanas que foram traficadas, nosso olhar tem de partir da sua ancestralidade, utilizando o paradigma afrocêntrico, localizando-a no tempo e espaço, dos caminhos percorridos que a trouxeram até a cidade do Rio de Janeiro, nos oitocentos. Deve-se seguir os passos dessas crianças africanas escravizadas, que vivenciaram esses rituais e trocaram com seus pares, suas memórias e resignificaram seus laços familiares ao se aliarem aos seus na escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro. E no que diz respeito à tradição, Mbembe (2001) aponta que o ponto de partida é a afirmação de que os africanos têm uma cultura autêntica que lhes confere um *eu* particular irreduzível ao de qualquer outro grupo. A negação deste *eu* e desta autenticidade seria, assim, por si mesma, uma mutilação.

E o paradigma Afrocêntrico, como ideia, articula uma poderosa visão contrahegemônica que questiona ideias epistemológicas que estão simplesmente enraizadas nas experiências culturais de uma Europa particularista e patriarcal. Portanto, para demonstrar a ideia de culturas ao lado umas das outras, ao invés da ideia de culturas sendo adotadas por uma ideia particular abrangente, que Asante (2016, p.11), dessa forma, desloca o discurso em direção a uma abordagem mais orientada para análise, exames, investigações e fenômenos, a partir do centro do indivíduo africano, da criança africana escravizada.

E OS CAMINHOS QUE NOS LEVAM ÀS CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

Um dos primeiros artigos a examinar é o de Mott (1979), em que a pesquisadora apresenta a contribuição da literatura de viagens para o estudo da condição da criança escravizada, no século XIX. Este estudo não coloca a criança africana escravizada como foco, pois, segundo a pesquisadora, os viajantes não separavam criança africana da criança escravizada, nascidas no Brasil. A única identificação sobre as crianças africanas nos relatos é do momento de chegada nos portos e venda, no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro. Após essa etapa, elas se misturavam com as que aqui já viviam e os viajantes não se preocupam em classificá-las. Mott (ibid.) constatou que, na documentação pesquisada, era impossível distinguir uma criança africana da criança crioula, sendo apenas classificadas como escravizadas. Igualmente escreve Mattoso (1988) sobre a criança escravizada, mas prioriza os filhos das escravizadas, utilizando a Lei do Ventre Livre como marco teórico com o objetivo de definir a idade etária, de quando deixa de ser filho, para ser percebido como escravizado. A pesquisadora conclui que a noção de idade serve tanto para as crianças libertas quanto para as escravizadas: a diferença está na inclusão no mundo do trabalho, onde a escravizada tinha uma infância reduzida. A criança escravizada só era reconhecida como indivíduo quando entrava no trabalho compulsório e deveria ser um bom trabalhador, na opinião da autora.

Apesar de encontrar dados sobre as crianças africanas escravizadas, sem filiação, ela refuta essa presença como importante, pois, na visão desta pesquisadora, as crianças africanas escravizadas não poderiam ter vindo sozinhas nos navios negreiros, e alega que as mães foram vendidas ou morreram. E se viessem sozinhas, só poderia ser no tráfico proibido e se tinham dado preferência por elas. Essa preferência, como veremos adiante, realmente aconteceu, mas a autora, sem os dados, conclui, a partir do que haviam pesquisado, sobre as crianças africanas escravizadas à época.

A partir da década de 1980, os historiadores voltaram-se para pesquisas sob o ponto de vista dos excluídos e as crianças escravizadas entravam nesse ponto de vista. Eram utilizados os dados coletados na demografia do tráfico atlântico e Gutierrez (1989) afirma que o número de crianças africanas escravizadas não era tão exorbitante quanto a de adultos africanos escravizados, mas sempre esteve presente. Esses dados foram coletados nos registros de navios negreiros saídos de Luanda, em Angola, com destino ao Brasil, de 1734 a 1769. O pesquisador conclui que a definição de criança na África e no Brasil não eram iguais, o que não permitia comparar rigorosamente grupos de pessoas de uma mesma faixa etária. Seguindo esse referencial, era difícil para os historiadores determinarem a faixa etária

das crianças africanas escravizadas e se esses dados eram manipulados nas listagens para esconder o volume delas em relação aos de adultos.

Mary Del Priore organizou o livro *História das Crianças no Brasil* (1999) e afirma que diferentemente da história da criança feita fora do Brasil, a das nossas crianças não se distingue das dos adultos. Exatamente porque apenas as vozes dos adultos foram registradas e elas foram submetidas à violência, humilhações, transformando-as precocemente em adultos. E conclui que resgatar esse passado a partir das crianças deve priorizar e dar voz a documentos históricos, iluminando as lembranças mais apagadas. A pesquisadora reúne diversos estudiosos da história da criança e um dos artigos, "*Crianças escravas, crianças dos escravos*", de Goés e Florentino (1999), igualmente não define quem são essas crianças escravizadas, mas priorizam as crianças crioulas⁸. Os autores concluem que os principais traços pesquisados do universo infantil estavam muito mais voltados para a fecundidade das mulheres escravizadas e a mortalidade infantil. Privilegiando as crianças crioulas escravizadas e seus pais, refletem que, mesmo valendo mais no mercado de escravizados do que uma criança africana, elas nasciam escravizadas, pois eram crias da escravidão e seus destinos não eram superior ao das que vinham nos navios negreiros. Refletindo sobre a conclusão dos autores podemos observar como o aspecto econômico e demográfico eram privilegiados nas análises: não havia o ponto de vista dos escravizados.

Na atualidade, o artigo de Mott (1979) foi revisitado por Silva (2014), pois também utilizou esses relatos de viajantes, de 1808 a 1888, mas também não distinguiu uma criança africana das nascidas no Brasil. A criança escravizada, para o autor (ibid.), não foi muito estudada na historiografia brasileira, exatamente por acreditarem ser impossível estudar sobre esse tema, e o resultado foi de domínio sobre a demografia histórica, sem dar conta da complexidade da experiência social desses sujeitos. Seu estudo remete à infância escravizada, utilizando as faixas etárias como marcos temporais de transição de infância para o mundo do trabalho. Podemos perceber que o trabalho, na verdade começava bem antes com o cuidar dos animais, limpar feijão, realizar pequenos trabalhos domésticos, como o viajante Rugendas (1989) descreve:

Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos ou cuidam dos animais, e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique na própria fazenda.

⁸ Criança crioula é uma denominação para as crianças escravizadas nascidas no Brasil.

Essa delimitação de infância e mundo do trabalho pode significar que ela não existia para as crianças escravizadas e se assim fosse não poderíamos então falar de infância nos oitocentos. E nosso objetivo sobre infância africana escravizada é o de mudar a visão eurocêntrica de infância para a Afrocêntrica, em que esse marco temporal pode ser ampliado. Outra questão é de que poucas crianças africanas chegavam nos navios negreiros e isso é refutado por Villa e Florentino (2016), que utilizaram como fonte de pesquisa os navios negreiros que foram interceptados pelos ingleses e levados para Serra Leoa (informações encontradas no site The Transatlantic Slave Trade) e seguiram o viés quantitativo, catalogando e discriminando por gênero, faixa etária e relacionavam com os inventários post-mortem do Rio de Janeiro, mas apenas de 1810 a 1831 e após somente os dados dos navios interceptados. Por não encontrarem dados relacionados às crianças africanas escravizadas nas listas de navios de negreiros que aportavam no Brasil, usaram o recurso inverso e foram em busca dos que eram interceptados. Com os dados encontrados sobre os navios interceptados, discriminei apenas os que deveriam desembarcar no Rio de Janeiro, que foram de 28 navios negreiros e o quantitativo de crianças africanas escravizadas discriminadas nas listagens em Serra Leoa:

Tabela 1: QUANTITATIVO DE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS NOS NAVIOS NEGREIROS DE SERRA LEOA.

Rio de Janeiro	1836-45	1846-50	Total
meninos	96.359	10.058	106.417
meninas	32.573	2.275	34.848
Total geral de crianças africanas escravizadas	128.932	12.333	141.265

A conclusão é de que com apenas 28 navios interceptados, crianças africanas escravizadas vinham em grande número para o porto do Rio de Janeiro. E os autores (ibid.) refletem que a contínua compra de crianças africanas escravizadas em tenra idade por quase meio século criou uma categoria, a de africano-crioulo, que para eles tinham uma facilidade maior de aculturação, pois o processo de recriação e incorporação cultural era mais fácil. Essas crianças africanas escravizadas abarcaram mais de duas gerações de escravizados, tendo mais êxito na sobrevivência, constituindo famílias, acesso às terras e às alforrias. Sobreviver não significa aculturação, apenas uma forma de resistência, que Mbembe (2001) reafirma como identidades africanas que devem ser estudadas sociologicamente, nas práticas cotidianas, em que os africanos reconhecem o mundo e mantêm com ele uma familiaridade e ao mesmo tempo inventam algo que pertence tanto a eles quanto ao mundo em geral. O pertencimento é uma

reconstrução do que trouxe como sujeito africano e ressignificados nas suas práticas cotidianas.

E o contexto histórico do sujeito africano vai além da história do tráfico atlântico. Asante (2009, p.2) afirma que ele tem papel central dentro desse contexto histórico, removendo assim a Europa do centro da realidade africana. A Afrocentricidade estuda novas ideias e conceitos, eventos, personalidades, do ponto de vista do africano e como sujeitos e não como objetos, baseando todo o conhecimento na autêntica interrogação de localização. Este é um pequeno apanhado historiográfico e percebemos que não há pesquisas voltadas apenas para as crianças africanas escravizadas e quando há referência, é sempre no quantitativo do tráfico de africanos escravizados. A Afrocentricidade desloca esse referencial demográfico, do tráfico para a centralização dessa história do ponto de vista africano, mesmo que tenhamos de ler nas entrelinhas do que está descrito e exposto, como no nosso caso dos anúncios de fugidos, do Jornal O Diário do Rio de Janeiro.

CAMINHOS DE ENCONTRO COM AS CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, NOS ANÚNCIOS DE FUGIDOS, DO JORNAL O DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, DE 1839 A 1849

O Diário do Rio de Janeiro foi escolhido, nesse caminho de encontro com as crianças africanas escravizadas, por conter um número enorme de anúncios de escravizados fugidos. Tendo o seu primeiro número saído no dia 01/06/1821, de acordo com Neves (2008, p. 87), esse jornal era um periódico de caráter popular, apelidado de Diário do Vintém, devido ao seu baixo preço de 40 réis, sendo a assinatura mensal de 640 réis. Para quem procurava veicular anúncios em jornais, isso era algo positivo, pois quem anunciava tinha que ter certeza de que o jornal era de circulação constante durante a semana e de preço acessível, para assim alcançar maior êxito em seus negócios privados. Os anos de 1839 a 1849 foram delimitados neste estudo para abarcar uma década de anúncios e assim acompanhar seu volume e mudanças ao longo do tempo.

Os anúncios de fugidos nos jornais de época foram utilizados por diversos pesquisadores como fonte primária, relacionando-os com os contextos históricos e cotidianos urbanos nos oitocentos. Um dos precursores dessa fonte foi Gilberto Freyre (1960), no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, onde utilizou, como fontes principais, os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio, mas consultou também outros periódicos da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Rio Grande do Sul, entre 1825 e 1888, tendo reunido cerca de 10 mil anúncios, analisando-os qualitativamente de acordo com sua visão eurocêntrica de escravização, que aqui não é um dos objetivos discutir sobre sua obra, apenas de situá-la

no campo de pesquisas, e ler nas entrelinhas do que é descrito sobre as crianças africanas escravizadas, que de acordo com o autor, já denunciava como eram escondidas e invisibilizadas nas fontes documentais, principalmente nas faturas e listas de carregamentos de africanos escravizados no século XIX. Ao longo do tempo outros pesquisadores seguiram esse caminho, pois para eles era uma das fontes que mais contava do cotidiano e as relações pessoais, entre os escravizados e principalmente de estratégias de fugas. Essas pesquisas abordam diversos temas: como as descrições feitas pelos senhores de escravizados fugidos, de Ferrari (2001), e a análise das fugas como uma resistência dos escravizados, feitas por Gomes, (1996) Soares (2003), Amantino (2007), Neves (2008) e Ferreira (2012). No artigo escrito por Ferreira (2020), os anúncios de fuga não revelam apenas imagens de escravizados e suas estratégias de fuga, mas também o convívio destes com a sociedade escravista, recriações culturais, o cotidiano do relacionamento entre senhores e escravizados e como escravizados forjavam uma cidade atlântica a partir de lógicas próprias, vindo à tona pequenas biografias expondo faces inusitadas da vida dos escravizados. Assim como Ferreira (2020), utilizei a Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Biblioteca Nacional, onde foram encontrados 420 anúncios de crianças africanas escravizadas, que foram catalogados a partir de seus nomes, idades, nações, gênero e moradia. Nosso objetivo neste artigo é o de apresentar essas crianças africanas escravizadas, respondendo questões iniciais de localização no contexto histórico da escravização, colocando-as no centro da ação de fuga, de acordo com Afrocentricidade, sob o ponto de vista delas, como sujeitos africanos.

Aqui usaremos a faixa etária do nascimento a 16 anos para designar como crianças, pois mesmo que apenas a partir de cinco anos apareçam nos textos de anúncios de escravizados, foi um caminho encontrado para visualizá-las no meio de tantos outros escravizados que fugiam. Essa faixa etária foi ampliada de 12 anos para 16 anos para demonstrar um dos princípios da Afrocentricidade, que é o de localizar o africano no seu contexto histórico, cultural e social. E trazendo a infância como uma volta ao tempo, no tempo em que ela não existia, trazendo diferentes mundos de infância, bem como as histórias individuais, de acordo com distintas culturas (FRANKLIN, 1995). Esse tempo, em que os traficantes de escravizados e portos de embarque classificavam as crianças africanas escravizadas em três grupos, de acordo com Conrad (1975, p. 51), aquelas com altura superior a quatro palmos ou um metro, com menos de um metro que já andavam classificadas como crias de pé, e bebês de colo que eram as crias de peito. As medidas dos palmos, dos que andavam, dos que ficavam no colo das mães, foram as classificações do europeu para o mercado escravocrata, o

olhar do outro e não dos africanos, estas foram as primeiras inscrições que receberam.

Outra questão é a inconstância na verdadeira idade das crianças africanas escravizadas, pois elas eram medidas por altura nos navios negreiros. De acordo com Gutierrez (1989, p. 70), o tráfico de crianças africanas escravizadas produziu uma imprecisão e profusão de termos para designar bebês, crianças e adolescentes, o que distorce a catalogação de dados e a complicação aumenta já na definição do que fosse uma criança, conceito que não necessariamente era igual na África, no Caribe ou no Brasil, sem contar que não existiam entre os africanos atestados de nascimento ou coisa parecida que permitisse aos historiadores comparar rigorosamente grupos de pessoas de uma mesma faixa etária. E a criança africana escravizada foi pensada no lugar de poder político de escravização: sua idade cronológica pouco importava, era utilizada apenas como marco social de objetificação, em que classificações e taxações eram sobre o seu tamanho e se daria lucro ao longo de sua existência. Essa marcação foi aceita na historiografia como dogma e reproduzida por anos, dificultando a ruptura desse paradigma de objetificação do africano como crias, animais, perpetuando a forma como são vistas no presente. A escravização dos africanos, segundo Mbembe (2001), marcou as diferentes formas de inscrição com as quais se tentou construir e representar a identidade africana a partir de um discurso nativista, por um lado, e outro instrumentalista, da África e de seu povo. Primeiro, a ideia de que através dos processos de escravização o *eu* africano se torna alienado de si mesmo, seu centro, e supõe-se que esta separação resulta em uma perda de familiaridade consigo mesmo a ponto de o sujeito, tendo se tornado um estranho para si mesmo, ser relegado a uma forma inanimada de identidade, objeto e mercadoria. E o outro, que afirmo, são os pesquisadores que continuam reproduzindo essas significações, não reconhecendo essas crianças africanas como sujeitos da sua própria história e ações. A Afrocentricidade coloca a criança africana escravizada no seu centro como sujeito histórico, sendo estudados pelos seus méritos, como atores sociais, assim como os adultos africanos escravizados foram estudados; cabe incluí-las na historiografia da infância brasileira, esta que pode ser ampliada e elástica, onde podemos localizá-las no tempo em que sua liberdade foi furtada e seu corpo tratado como mercadoria.

Como as crianças africanas escravizadas se reconhecem como crianças? Será que como seus ancestrais africanos, que determinavam a idade dos seus, como os Cabindas, que identificavam o crescimento das filhas, olhando seu desenvolvimento físico, no qual estendiam um dedo da mão direita, o indicador e o da mão esquerda, um sobre o outro, indicando a medida e o desenvolvimento dos seios. Se assim se viam nos outros, elas

concluía que sua idade aproximada era de acordo com esses marcos que vinham na sua memória e na memória trazida pelos seus pares. E assim concluía como os Cabindas a idade aproximada, a possibilidade para namoro e casamento, que Martins (1972) descreve como: “chi mena mabene; começam a nascer os seios; mana mena mabene: já estão formados os seios; menheka: já está em idade de se casar; maboba: já passou a idade de se casar, os seios já caem”. O espelho era a outra criança africana escravizada, com quem convivia e se relacionava. Essa ancestralidade trazida na sua memória a ajudou a se constituir como sujeito, mas não no tempo determinado pela visão eurocêntrica de infância, onde a faixa etária determina o começo e o fim dela, mas como construção infantil africana de indivíduo e uma relação com seus pares. Esse tempo cronológico deve ser pensado também nas condições em essas crianças africanas escravizadas viviam no centro urbano na cidade do Rio de Janeiro, onde poderemos verificar mais adiante, nas tabelas, como a falta de liberdade e contato com seus pares nas ruas da cidade impediam a tomada da ação de fuga.

Outra conclusão sobre os estudos de escravização das crianças era o trabalho como marco da vida infantil para adulta, mas esse trabalho era anterior a sua constituição de criança, pois já desde que vinham no colo das suas mães africanas as crias de peito trabalhavam junto a suas mães ao sol e ao tempo. Se podemos usar esse marco, podemos usar o marco temporal africano, onde o tempo é o tempo dos ancestrais, como na tribo Dagara, em que o tempo é pensado de forma diferente, conforme Somé (1999) define, ele é elástico e todos os dias vem com um tempo próprio, que é diferente de ontem. Cada dia é diferente e o tempo pode ser elástico na construção dessa ação de fuga. O tempo, o ver, o ser africano não é igual em todas as tribos, mas a partir do princípio de que são sujeitos, antes do branco europeu chegar em suas terras, com ancestralidade, é perceber que o começo e o fim da infância precisam seguir a elasticidade do tempo e do espaço habitado pela criança africana, na escravização, exatamente por viverem em cativeiro, presas, subjugadas, sem contato com seus rituais e comunidade, de onde nasceram e viveriam sua infância. Como em Agamben (2005), a infância aparece enquanto potência de experiência, espaço de transformação e de resistência. O tempo cronológico não é o tempo da infância, porque ela é potência, que renuncia ao previsível, ao que vai se revelando aos poucos na transformação do seu cotidiano, na denominação do *eu*, do seu discurso. As crianças africanas escravizadas, neste contexto escravagista dos oitocentos, colocam seu discurso em funcionamento através da sua ação de fuga, que precisava ser construído num tempo mais longo, pois seu acesso aos caminhos da resistência e liberdade não poderia se comparar ao do adulto escravizado.

As crianças africanas escravizadas ao chegarem como escravos novos (VILLA e FLORENTINO, 2016, p. 7) tinham que formar alianças, se adaptar ao seu novo dono, à língua e principalmente formar alianças com seus pares e com adultos africanos, que já haviam chegado a mais tempo. Essa produção de sua cultura de pares na troca com o outro, principalmente com o seu semelhante, a outra criança africana escravizada, que muitas vezes vieram da mesma tribo, falavam a mesma língua, tinham um caminho a ser trilhado e compartilhado, num objetivo comum de sobrevivência e resistência. E os anúncios de fugas das crianças africanas escravizadas as colocam no lugar e no tempo da escravidão, escondidas entre os adultos escravizados, que foram tão estudados na historiografia da escravidão. Neste trabalho utilizo a quantificação para corroborar a minha tese, em que localizo as crianças africanas escravizadas, demonstrando que, como os adultos africanos, elas estavam lá, apenas foram invisibilizadas nas demografias do tráfico atlântico para o Brasil.

O QUE ENCONTRAMOS? AS CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS NOS OITOCENTOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Foram coletados 420 anúncios⁹ de crianças africanas escravizadas, em fugas, no Jornal Diário do Rio de Janeiro, nos anos de 1839 a 1849. Os anúncios do Jornal O Diário do Rio de Janeiro, - como vimos no anúncio de fuga da menina africana escravizada Rosa, - os textos eram mais extensos sobre as características, nomes, idades, nações, gêneros, vestimentas e caminhos percorridos por eles pela cidade, contando histórias dessas crianças africanas escravizadas nas entrelinhas. As nações das crianças africanas escravizadas eram uma designação importante para separar estes

⁹ Na coleta dos anúncios de crianças africanas escravizadas, utilizamos a Hemeroteca, no site da Biblioteca Nacional, onde há uma busca por termos, que coloquei: anúncios de fugidos, pois quando solicitei crianças africanas, não retornou nenhuma resposta. Na leitura, que se mostrou exaustiva, pois foram mais de 5.000 anúncios de fugidos, nos quais se misturavam de adultos e crianças, além disso de crianças brasileiras, designadas como pardas e crioulas e nesse caminho, li sobre como as crianças africanas eram designadas na época e moleque e moleca apareciam nessas denominações de crianças africanas e de como era importante incluí-las nas contagens. Porque a palavra moleque poderia designar crianças africanas escravizadas de qualquer gênero, que de acordo com Villa e Florentino (2016, p. 7), a migração da palavra do quimbundo para o português se fez mediante o alargamento de seu significado original. M'leke em quimbundo, que significa garoto ou filho pequeno; mas a ela se acrescentou um sentido mais amplo, que em português engloba ambos os gêneros quando utilizado no plural, de molecões e moleconas parecem designar escravos de ambos os sexos, de 12 a no máximo 18 anos de idade, os escravizados novos, recém-chegados da África, nos navios negreiros. Portanto, as palavras moleques e molecas entraram nas contagens de crianças africanas escravizadas, por determinarem exatamente as que vieram da África, ajudando a catalogação dos anúncios de fugidos, em que não havia as nações.

anúncios de outras crianças escravizadas, pois elas só apareciam nas que eram de africanos e nas que não apareciam conseqüentemente eram de crianças pardas, ou crioulas, que designavam crianças nascidas no Brasil. Abaixo, a tabela com a totalização dos dados coletados sobre as crianças africanas escravizadas, nos anúncios de fugidos, de 1839 a 1849, computando um total de uma década:

Tabela 2: QUANTIDADE DE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, NOS ANÚNCIOS DE FUGIDOS, DO JORNAL O DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO.

ANO	QUANTIDADE DE ANÚNCIOS
1839	68
1840	69
1841	49
1843	40
1844	50
1845	25
1846	24
1847	26
1848	27
1849	8
Total	420

Na Tabela 2, podemos verificar o total de crianças africanas escravizadas encontradas nos anúncios diminuiu de 1839 a 1849, o que pode refletir a hipótese de que havia mais nascimentos de crianças escravizadas brasileiras e outro fator é de que quanto mais perto do ano de 1850, mais o tráfico ilegal de africanos escravizados aumentava; e trazer à tona em anúncios que crianças africanas escravizadas ainda fugiam é tornar público uma farsa de que o Brasil estava diminuindo o tráfico negreiro. Como vimos anteriormente, não havia as listagens, e para identificar o volume de crianças africanas escravizadas, era necessário (VILLA e FLORENTINO, 2016) recorrer aos navios negreiros interceptados pelos ingleses e levados para Serra Leoa, cujas informações foram encontradas no site The Transatlantic Slave Trade.

Voltando a 1830, com o fim do comércio legal de africanos escravizados, havia já uma pressão britânica para pôr fim ao tráfico ilegal. De acordo com Klein (1973), os Jornais do Comércio e Diário do Rio de Janeiro suprimiram publicações de listas oficiais de importação de escravizados africanos desde essa data. Nos dados coletados pelo pesquisador sobre listas oficiais de importação publicadas nesses jornais de 1825 a 1830, havia um consistente registro de crianças e bebês. Uma questão colocada pelo pesquisador é de

que nas listas, havia um declínio de número de crianças e bebês, o que chamou a atenção e o fez refletir que poderiam ter falsificado, no intuito de tornar maior o número de crianças africanas escravizadas ou a oferta de adultos africanos eram mais do que suficientes. Já comprovamos através de dados que a primeira hipótese é a mais viável, pela questão lucrativa e pelo espaço utilizado para acomodar as crianças africanas escravizadas no convés dos navios. É importante observar, de acordo com Florentino (2004) e Salles (2018), que o tráfico era mais que um deslocamento populacional, era um negócio e as elites brasileiras, de 1810 a 1850, puderam resistir à pressão britânica pelo seu fim. A elite brasileira gozava de autonomia internacional por ter enriquecido como mercadores de almas e isso lhes facultava influenciar decisivamente os destinos do estado e do tráfico atlântico. Esse período foi dominado pelas insurreições dos escravizados, exatamente pela presença maciça de africanos no seio da população e eles foram os protagonistas das resistências, fugas e rebeliões. Em vista disso, podemos concluir que o tráfico ilegal continuou e nem todas as crianças africanas escravizadas estão nas listas, nem nos anúncios e quiçá na contagem da totalização dos escravizados africanos. Nas tabelas abaixo relacionei a contagem por gênero e idade, incluindo as designações moleque e moleca na contagem:

Tabela 3: QUANTIDADE DE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS POR GÊNERO.

GÊNERO	1839/1849
MENINAS	76
MENINOS	344
TOTAL GERAL	420

Tabela 4: QUANTIDADE DE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS POR IDADE.

IDADE	MENINOS	MENINAS	TOTAL
5	1		1
6	1	-	1
7	1	-	1
8	4	-	4
9	2	1	3
10	18	4	22
11	4	4	8
12	43	11	54
13	26	8	34
14	58	16	74
15	31	10	41
16	80	16	96

MOLEQUE	61	-	61
MOLECA	-	1	1
S\	3	3	6

Consoante os dados da *Tabela 2 - Quantidade de crianças africanas escravizadas por idade*, a maioria das fugas acontecia a partir dos dez anos de idade, tanto para meninos quanto para meninas. Quanto mais velhos, mais eles apareciam nos anúncios, uma vez que a construção de um caminho de fuga era mais difícil para as crianças africanas escravizadas, porque diferentemente dos adultos africanos que já formavam laços nos navios negreiros, os chamados “malungos”, com as crianças esse tempo era mais elástico. Na *Tabela 3 - Quantidade de Crianças Africanas Escravizadas por gênero*, do total de anúncios coletados, verificamos que 18,1% eram de meninas e 81,9% de meninos, nos quais inseri moleques para a contagem de meninos e molecas para a contagem de meninas. Essa porcentagem muito maior de meninos que meninas, refletindo que os meninos fugiam mais que as meninas, pois talvez tivessem mais acesso às ruas ou as meninas não encontravam apoio para a fuga como os meninos.

As crianças africanas escravizadas, no centro urbano, eram compradas por pequenos negociantes e senhores, que as anunciam para aluguéis e serviços portas adentro, como amas de leite, cozinheiras, moleques de recados e pequenos serviços, acompanhando os adultos escravizados. Nas imagens das crianças negras nos séculos XIX e XX, - de acordo com Abramowics (2011), Silveira (2011), Jovino (2011) e Simeão (2011), - foi observado que as crianças escravizadas se tornavam bilíngues, pois eram detentoras da língua imposta pelo mundo hegemônico dos senhores e acessavam o linguajar falado, nos locais de circulação, como becos, mercados e chafarizes. E nas funções determinadas pelos seus senhores, como de moleques de recados, aonde iam e vinham pelo meio urbano, levando e trazendo recados, - descritas em várias pesquisas historiográficas, - encobrem múltiplas atividades desenvolvidas por eles, que ia além desta função de leva e traz.

Raphael Neves (2009), que estudou os anúncios de fugas do jornal Gazeta do Rio de Janeiro, 1809 a 1821, concluiu que as mulheres escravizadas adultas aparecem pouco nos anúncios de fuga e a explicação é que a captura delas era muito complicada e difícil, sendo quase impossível capturá-las. As mulheres escravizadas que trabalhavam nas ruas eram poucas em comparação com os homens escravizados. As que trabalhavam pelas ruas exerciam atividades de vendedoras e quitandeiras. A maior parte estava mesmo envolvida em atividades domésticas, saindo pouco de casa, e por isso desconhecendo as ruas da cidade. Se era difícil para as mulheres escravizadas adultas fugirem, tanto quanto elas as meninas africanas

escravizadas enfrentavam maior dificuldade, pois o que é demonstrado na Tabela 2 - *Quantidade de crianças africanas escravizadas por idade*, em que aparecem em maior quantidade nas idades de 12 e 13 anos, quando tinham mais acesso à rua e conseqüentemente começaram a aparecer nos anúncios de fugidos.

As nações foram outro importante dado catalogado na pesquisa, pois apareciam nos anúncios, principalmente quando eram crianças africanas escravizadas, mas não podemos deixar de discutir um pouco do significado fundamental de nação para compreender por que elas apareciam nos anúncios ligados diretamente a elas. As nações no tráfico negreiro, para diversos historiadores como Conrad (1975), Reis (1989), Silva (1989) Soares (1998), Karasch (2000), Gomes (2001), Soares (2001), Slenes (2011), foram uma forma encontrada pelos traficantes de escravizados de forjar uma classificação, tanto como *gentio*, que de acordo com Soares (1998, p.4), a palavra nação diz respeito às pessoas de um país ou região que pertencem a leis e governos paralelos. Sendo ainda um termo aplicado à raça, casta e espécie, cujo reconhecimento se dá pelo uso partilhado de um território, uma tradição ou uma língua comum. Já o termo nação se aplica a qualquer povo, infiel ou cristão, com o qual o Estado português se relaciona. Nação tem uma utilização constante ao longo do tempo desde o século XV até o XIX e é necessário apresentar o universo semântico que recobre o conjunto das procedências. Sua composição engloba desde os nomes de ilhas, portos de embarque, vilas e reinos até pequenos grupos étnicos. Há casos em que não pude identificar a origem da palavra, nem tampouco a localização. Em nenhum caso é possível afirmar com certeza que o termo nação corresponda a um grupo étnico.

Os africanos escravizados, ao se estabelecerem na cidade e interagirem em diversas esferas urbanas, criaram formas de sociabilidade com base na procedência que tinham em comum, constituindo grupos sociais de caráter profissional, religioso e de parentesco. As origens dos africanos no Rio de Janeiro oitocentista foram estudadas por Karasch¹⁰ (2000), que dividiu os africanos escravizados em diversas áreas de concentração, classificando-os em ocidental, centro-ocidental, oriental, além de origem africana desconhecida. Essas origens africanas desconhecidas apareceram em anúncios e as utilizei, tendo como base os estudos de Karasch (ibid.), para separar por localização na África e para encaixar as nações que apareciam e não estavam na listagem. Nestas classifiquei como desconhecidas, mas

¹⁰ KARASCH (2000), estudou as nações cariocas e origens na África. Aprofundando as fronteiras existentes no século XIX, portos de embarque e de onde vinham para a costa africana.

como os jornais eram escritos de acordo com a fala do senhor, ele poderia falar de maneira incorreta o nome da nação ou ser entendido com erros.

Tabela 5: QUANTIDADE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, DAS NAÇÕES DA ÁFRICA ORIENTAL.

ÁFRICA ORIENTAL	TOTAL
BANTU	1
MECENA	2
SENA	2
INHAMBANE	10
QUELIMANE	45
MOÇAMBIQUE	58
TOTAL GERAL	118

Tabela 6: QUANTIDADE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, DAS NAÇÕES DA ÁFRICA OCIDENTAL.

ÁFRICA OCIDENTAL	TOTAL
CABO VERDE	2
NAGÔ	6
MINA	9
TOTAL GERAL	17

Tabela 7: QUANTIDADE CRIANÇAS AFRICANAS ESCRAVIZADAS, DAS NAÇÕES DO CENTRO-OESTE AFRICANO.

CENTRO-OESTE AFRICANO	TOTAL
SONGO	1
BANTU	1
MUIANGE	1
MOSSANGE	1
MUTECA	1
CABUNDA	1
BIHÉ	1
MONJOLO	2
CAMONDONGO	3
AMBACA	6
REBOLO	14
CASSANGE	16
CONGO	32
BENGUELA	44
CABINDA	52

ANGOLA	55
TOTAL GERAL	230

Podemos perceber pelas tabelas 5, 6 e 7 que o maior número de crianças africanas escravizadas era de nacionalidade do Centro-Oeste Africano, que de acordo com Karasch (2000) era comumente dividida em três regiões: Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela e uma das regiões mais importantes do tráfico negreiro. Conhecidos como Congos, no Rio de Janeiro, muitos eram do Norte de Angola e sul do Zaire. Karasch (ibid.) aponta que qualquer africano exportado pelos mercados do Rio Zaire eram conhecidos como Congos e os Angolas correspondiam à região central, controlada pelos portugueses, em especial, Luanda; que vinham do interior, como os Cabundás, Crioulos de Luanda, Caçanjes, Ambacas, Rebolos, Moanjes, Quissamas e Benguelas. Os benguelas vinham também do porto de Benguela, mas muitos dos africanos escravizados, na verdade, eram trazidos em caravanas de Ovimbundos, no sul de Angola. De acordo com Karasch (ibid.), entre 1832 e 1849, os africanos variavam de 50 a 70% da população escravizada no Rio de Janeiro e os africanos centro-ocidentais, que reuniam todas as regiões do centro-oeste africano, alcançavam quase 80%. Utilizando os registros alfandegários das primeiras décadas do século XIX, os de procedência Cabinda giravam em torno de 23,17%. Os africanos da grande região africana Congo Norte, no período de 1830 a 1852, representavam 32,2%, na cidade do Rio de Janeiro. Localizei sem nação 45 anúncios, 1 da África Equatorial - São Tomé e 1 Crioulo, que, de acordo com Karasch (2000), os crioulos africanos vinham de uma das colônias portuguesas na África e 3 nações desconhecidas: Megumbo, Macumbe e Moquião. As nações foram utilizadas não apenas como classificações e contagem, mas para localizar e trazer a criança africana escravizada para o centro da sua ancestralidade, pois no Rio de Janeiro, nos oitocentos, era bem difícil estabelecer as identidades específicas da maioria dos africanos escravizados, devida a diversidade étnica. Karasch (2000) afirma que uma das formas de identificação eram as escarificações, marcas de propriedade, estilos de cabelos e deformações físicas, tais como os dentes limados, que eram descritos nos anúncios de jornais.

É importante trazer todas essas formas de inscrição dos grupos étnicos para perceber a objetificação dos africanos escravizados (MBEMBE, 2001) nos anúncios de jornais: os classificavam como uma massa escravizada, aprisionada na humilhação e no sofrimento, de uma morte social, negando sua dignidade e unificando o desejo do africano de conhecer-se. Esse ler de outra forma os anúncios é o paradigma da Afrocentricidade, que localiza as crianças africanas na sua ancestralidade e como africana, independente da sua escravização e o olhar do seu senhor. As crianças africanas escravizadas

olhavam seus pares exatamente na busca por esses sinais, como forma de construir laços. Sim, essas crianças africanas escravizadas também eram marcadas pelos traficantes como gado, mercadoria, não podemos esquecer isso, mas temos que ver como as crianças africanas viam os seus e não apenas com olhar do branco europeu. A tatuagem registrada por Rugendas (2019), viajante europeu, nos moçambicanos escravizados no Rio de Janeiro nos oitocentos, me fez buscar em Junod (2009) elos e laços nos Tsongas, Moçambicanos, e perceber que essas linhas de botões no meio do rosto, desde a fronte até o queixo, eram tatuagens kuthavela tinhlanga, que segundo Junod (ibid.) variavam de acordo com os clãs¹¹. Nesse estudo de Junod (2009), no sul de Moçambique, sobre os Tsongas, - que era um grupo de populações Bantu estabelecidas na costa oriental da África do Sul, - delimita as fronteiras entre os clãs, ao sul, com os Zulus e os Swasi, a oeste com os Mabi, os Lauti e outros clãs, ao norte com os Venda, e a leste com os Tonga, perto de Inhambane e os Copi, ao norte da foz do Limpopo.



No anúncio do menino africano escravizado, Manuel João, de 14 anos, catalogado, do jornal O Diário do Rio de Janeiro¹², de 1847, aparecem os dentes limados e os sinais da nação Moçambique, no rosto, que Rugendas, retratou de meninos:

¹¹ <http://www.caixacultural.com.br/cadastrodowloads1/Rugendas%20-%200%20Cronista%20Viajante.pdf>.

¹² http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=escravos%20fugidos&pagfis=22534.

FUGIO no dia 2 corrente, um meleque de nome João que dá pelo nome de Manuel João, de nação Moçambique, estatura regular, de 14 a 15 anos de idade, com o competente signal da sua nação na testa, dentes da frente limados, pés grandes; quem do mesmo souber dirija se ao largo da Lapa n. 66, que se á gratificado.

E no anúncio de Rosa, que descrevia um sinal no braço direito que parece ser uma ferradura, - e essas tatuagens eram designadas de acordo com Martins (1972), que estudou os Cabindas, - a tatuagem se chamava *lintala* e seu significado variava conforme o desenho que apresentava: os pequenos traços e pontos eram apenas enfeites, mas alguns indicavam se era uma determinada tribo e os dentes incisivos superiores eram limados, tanto das mulheres quanto dos homens. Abaixo uma das tatuagens retratadas por Martins (1970, p. 224), que poderia ser identificada nos anúncios de fugidos, como de Rosa, e ser decifrada pelos seus senhores, como ferraduras ou outras representações.



Eis a importância de fazer essa ponte dos elos das crianças africanas escravizadas, encontradas nos anúncios de fugidos do jornal O Diário do Rio de Janeiro, e a infância africana vivida e revivida por muitas delas nas suas memórias trazidas nos seus corpos e nas suas mentes infantis. Não foram esquecidas e eram vistas diariamente entre os seus nas ruas da cidade, nos oitocentos.

CONCLUSÕES PARCIAIS

O levantamento de documentos não deixa dúvidas. As crianças escravizadas resistiam ao cativeiro e maus-tratos através da fuga. As matérias de jornais deixam à vista que não era raro que elas se precipitassem em escapar. Daí considerarmos a nossa hipótese principal. A

partir de uma leitura da Afrocentricidade, conjecturamos que as crianças escravizadas nos oitocentos na cidade do Rio de Janeiro construíram, dentro dos seus limites e das possibilidades, uma agência. Ou seja, uma maneira de enfrentar a violência e opressão a partir dos recursos disponíveis. De acordo com Asante, a agência se caracteriza como a chave para reorientar a vida, de modo que a pessoa possa ser gente, que a pessoa possa atuar como agente e não vítima. Um exercício em busca da liberdade. Naquele momento histórico, o primeiro passo para ser agente estava em escapar do território em que o cárcere e a exploração estavam em vigor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; SILVEIRA, Debora de Barros; Jovino, Ione; Simeão, Lucélio Ferreira. **Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX.** *Perspectiva*, v. 29, p. 263-293, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, 188p.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**, Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 96-110.

ASANTE, Molefi Kete. **The Afrocentric Idea.** Philadelphia: Temple University Press, 2003.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma ideia. Trad. Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Alice Carmo. **Ensaio Filosófico**, Volume XIV, Dezembro/2016.

ASANTE, M.; AMA MAZAMA, Marie-José Cérol. **Handbook of Black Studies.** SAGE, 2005.

ASSIS, Machado. Pai contra mãe. In: Machado de Assis, **Contos de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

AMANTINO, Márcia. **As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comercio (RJ) em 1850.** *História, Ciências, Saúde*, v.14, n.4, p.1377-1399, 2007.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

FERREIRA, Fernanda Cristina Puchinelli. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). **Em Tempo de História.** Brasília-DF, n. 36, p. 402-422, 2020.

FERRARI, Ana Josefina. Dissertação de mestrado. **A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornais dos escravos fugidos no oeste paulista entre 1870-1876.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Linguagem. Campinas São Paulo, 2001.

FLORENTINO, M.; RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 31, 2004. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/2107](http://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/2107) Acesso em: 22 ago. 2021.

FRANKLIN, Bob. *The New Handbook of Children's Rights: Comparative Policy and Practice*. London: Routledge: 2001.

FREYRE, G. *O escravo nos anúncios de jornal do século XIX* (Edição digital). São Paulo, SP: Global, 2012.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GOTTLIEB, Alma. **Para onde foram os bebês?** Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicol. USP*, v. 20, n. 3, p. 313-336, 2009.

GUTTIERREZ, Horácio. **O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII**. *R. História*, n. 120, p. 59-72. Jan. /jul. 1989.

JOVINO, Ione da Silva. Entre o sentimento da Infância e a invisibilidade das crianças negras: Ambiguidades no século XIX. UEPG GT-21: **Afro-Brasileiros e Educação** Agência Financiadora: Ação Educativa. <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT21-4281--Int.pdf>.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro**. ISSN 1982-7199 | DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991167> Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 189-225, 2015.

JUNOD, Henri. **Usos e Costumes dos Bantu**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 1850**. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

KLEIN, Herbert S. **O Tráfico de Escravos Africanos para o Porto do Rio de Janeiro, 1825-1830**. *Anais de História*, V, Assis, 1973.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **O Filho da Escrava** (Em torno da Lei do Ventre-Livre). *Revista Brasileira de História*, v.8 n°16. 37-55 mar.88/88.

MARTINS, Pe. Joaquim. **CABINDAS. História – Crenças – Usos e Costumes**. C. S. Sp. **Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Cabinda**. Angola, Santa Maria de Lamas: Rios e Irmãos, 1972.

MAZAMA, Ama. **O Paradigma Afrocêntrico**. Trenton: África World Press, 2003.

MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin, **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MAZAMA, Ama. **Entrevista** *Jornal Tribune*. 2015. https://www.phillytrib.com/religion/ama-mazama-believes-that-names-have-meaning/article_b38aee69-7c57-5495-a79d-d07ce8564ed9.html. Acesso em 23 de maio de 2020.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *A Criança Escrava na Literatura de Viagens*. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, 1979, p. 57-68.

MBEMBE, Achille. *Formas Africanas de Auto inscrição*. Tradução de Patrícia Farias. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (Org.), **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p.76-98.

MUNANGA, Kabengele. **Afrocêntrica: reavaliação de uma agência africana DIVERSIDADE, IDENTIDADE, ETNICIDADE E CIDADANIA, PALESTRA**, 2011

NEVES, Raphael. **Experiências capturadas: A fuga de escravos no Rio de Janeiro**. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2008.

NEVES, Raphael, Dissertação de Mestrado. **Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2012. 154f.

NEVES, Maria de Fatima Rodrigues das; MARCÍLIO, Maria Luiza. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Domingos. **A criança negra escravizada no Brasil: Aproximações teóricas e, tramas historiográficas**. Revista Outras Fronteiras, v. 1, n. 2, 2014.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

RUGENDAS, Joahan Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1989.

SALLES, Ricardo. Resistência escrava e abolição na província do Rio de Janeiro. O Partido do Abolicionismo. **Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis (Orgs). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. **“Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX)**. Revista de História, v.5, n. 1-2, 2013, p. 107-134.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano, FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SLENES, Robert W. "**Malungu, ngoma vem!** África coberta e descoberta do Brasil. Revista USP, v. 12, 1992, p. 48-67.

SOMÉ, Sobofun E. **Welcoming Spirit Home: Ancient African Teachings to Celebrate Children and Community: Ancient Teachings for Pregnancy, Children and Family.** Editora: New World Library, 1999.

VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. **Abolicionismo Inglês e Tráfico de Crianças Escravizadas para o Brasil, 1810-1850.** História, Franca, v. 35, n. 78, 2016.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742016000100504&lng=en&nrm=iso acesso de 2020.

VANSINA, Jan. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell A. (Ed.), **História geral da África**, v. 5: África do século XVI ao XVIII. Brasília: Unesco, 2010.

VAZ, José Martins. **No mundo dos Cabindas; estudo etnográfico.** Lisboa: Editorial L. I. A. M., 1970.